



HORROR NO ORIENTE MÉDIO

Israel rejeita resolução da ONU

APESAR DE O CONSELHO DE SEGURANÇA PEDIR "PAUSAS HUMANITÁRIAS" NA GUERRA, GOVERNO NETANYAHU VÊ MEDIDA COMO "INSUSTENTÁVEL". TROPAS ENCONTRAM CORPO DE REFÉM PERTO DO HOSPITAL AL-SHIFA, NO CENTRO DA CIDADE DE GAZA

» RODRIGO CRAVEIRO

"Acordamos todos os dias nos preparando para morrer. A ideia de morte se tornou algo mais próximo do que a vida em Gaza", desabafou ao **Correio** a ativista de direitos humanos e jornalista palestina Maha Hussaini, moradora da Cidade de Gaza. "Cada dia é pior do que o anterior. A escala dos ataques aumenta; mais civis são mortos; prédios, derrubados; e mais bairros, destruídos", afirmou. Um alívio momentâneo nos bombardeios esbarra em Israel.

Depois de o Conselho de Segurança da ONU aprovar uma resolução que pede "pausas humanitárias e corredores humanitários amplos e urgentes" para permitirem a chegada de ajuda à Faixa de Gaza, o governo de Benjamin Netanyahu se opôs à medida. A chancelaria israelense declarou que pausas prolongadas são "insustentáveis, enquanto 238 reféns permanecem nas mãos dos terroristas do Hamas".

O corpo de Yehudit Weiss, 65 anos, um dos civis capturados pelo grupo, em 7 de outubro, foi encontrado próximo ao Hospital Al-Shifa, no centro da Cidade de Gaza. Yehudit morava no kibbutz de Be'eri, tratava um câncer de mama e teve o marido executado pelo Hamas.

Em meio aos bombardeios, pelo menos 1,65 milhão de pessoas foram forçadas a deixarem suas casas. Segundo a ONU, isso equivale a dois terços da população do enclave, que correm risco de morrer de fome. Em

IDF/AFP



Soldado manuseia lança-foguetes durante combates contra extremistas do grupo islamista Hamas, na Faixa de Gaza

entrevista ao **Correio**, Alon Ben-Meir — professor de relações internacionais da Universidade de Nova York — classifica como "importante" a resolução, mas duvida de sua implementação por Israel. "De qualquer forma, haverá uma pressão intensificada para que Israel a obedeça e, no mínimo, interrompa os combates por um ou dois dias. Isso também ajudará nas negociações para a libertação de alguns dos sequestrados, especialmente mulheres e crianças". Ben-Meir acredita

que Israel deve interromper a campanha militar para permitir que a ajuda humanitária chegue a dezenas de milhares de palestinos. "Muitos deles estão prestes a morrer de fome."

Pelo segundo dia consecutivo, as Forças de Defesa de Israel (IDF) realizaram revistas no Hospital Al-Shifa, o maior da Faixa de Gaza. O Exército afirma que, na quarta-feira, encontrou no local "munições, armas e equipamento militar" pertencentes ao Hamas, inclusive coletes usados

por homens-bomba. Israel também disse que, no Al-Shifa, foram recuperados computadores com informações e "imagens relacionadas aos reféns" de 7 de outubro. "Os soldados estão revistando cada andar, prédio por prédio, embora centenas de pacientes e pessoal médico ainda estejam no local", informou um responsável das forças de segurança de Israel.

Ante a suposta destruição do serviço de radiologia e os danos aos serviços de tratamento de queimaduras e de diálise

Haaretz/Reprodução



Yehudit Weiss, 65 anos, foi achada sem vida em Gaza: refém do Hamas lutava contra um câncer de mama

do complexo hospitalar, o porta-voz do Ministério da Saúde do Hamas, Ashraf Al Quedra, advertiu que "milhares de mulheres, crianças, doentes e feridos estão em perigo de morte".

"Assassinada"

De acordo com as IDF, o corpo da refém Yehudit Weiss "foi retirado pelas tropas de uma estrutura adjacente ao Hospital Al Shifa e transportado até o território israelense". "Yehudit foi assassinada pelos terroristas da Faixa de Gaza. Não conseguimos chegar a tempo para resgatá-la", lamentou Daniel Hagari, porta-voz das IDF. No local onde o corpo foi encontrado, os soldados também encontraram fuzis Kalashnikov e lança-foguetes. A notícia da morte de Yehudit causou comoção entre os familiares de sequestrados que participam de uma marcha de 63km entre Tel Aviv e Jerusalém, com o objetivo de pressionar Netanyahu.

"Estou com o coração partido, agora, para falar", desabafou Yuval Haran, 36 anos, organizador da marcha e morador também do kibbutz de Be'eri. "Eu só choro", acrescentou ele, que teve o pai e dois tios assassinados, e sete membros da família sequestrados, inclusive a mãe e a irmã. Também participante da marcha, o estudante Ilay David, 26, pede pela libertação do irmão Evyatar David, 22, sequestrado durante a festa rave Super Nova no kibbutz de Re'im, na manhã de 7 de outubro. "Sentimos muito pela morte de Yehudit. É uma notícia terrível e triste. Enviamos conforto e apoio à família dela. Esperamos que seja a última notícia ruim", disse ao **Correio**, por telefone.

Ilay explicou que o fato de cidadãos de várias partes de Israel se unirem à marcha, prevista para chegar ao Knesset (Parlamento) amanhã, aquece os corações das famílias. "O evento simboliza nossa intenção de nunca pararmos até que os reféns voltem para casa", comentou. Ele perdeu o contato com Evyatar às 5h45 (hora local). "Meu irmão foi sequestrado com o melhor amigo. Dois outros amigos foram assassinados. Ele é gerente de uma cafeteria em Kfar Saba, perto de Tel Aviv, e estava economizando dinheiro para uma viagem à Tailândia, em duas semanas. Ele ama a vida, boa comida e uma noite de sono. É o tipo de cara que aproveita a vida ao máximo, além de ser sensível e amar a dança." As únicas informações sobre Evyatar são vídeos publicados pelo Hamas no Telegram, nos quais ele aparece caminhando, aterrorizado, amarrado e humilhado.

PORTUGAL

Trapalhadas do Ministério Público aguçam a crise

» VICENTE NUNES
CORRESPONDENTE

Lisboa — A tensão política em Portugal está cada vez maior. Os erros em acusações do Ministério Público que teriam levado à demissão de António Costa do cargo de primeiro-ministro e a ineficiência na atuação da Procuradoria-Geral da República têm provocado embates públicos entre líderes políticos e representantes do Judiciário. O caldo está tão quente que o presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, foi obrigado a cancelar duas viagens que faria ao exterior nos próximos dias, uma para o Reino Unido, outra para Moçambique.

Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos e Silva, partiu para cima da procuradora-geral da República, Lucília Gago, que, desde o estouro da Operação Influencer, em 7 de novembro, que derrubou Costa, mergulhou num silêncio ensurdecedor. Para ele, é inaceitável que apenas um parágrafo de um simples comunicado de imprensa da PGR tenha conseguido provocar um terremoto na política portuguesa, com o chefe do governo demitido, o Parlamento dissolvido e novas eleições convocadas. Santos e Silva cobra que a PGR se pronuncie o mais rapidamente possível e de forma transparente sobre o caso.

Mais radical, o constitucionalista Vital Moreira vem pregando

que o presidente da República convença a procuradora-geral a apresentar a demissão dela. Por lei, Rebelo de Sousa só pode demitir Lucília Gago a pedido do primeiro-ministro. Isso não ocorrerá neste momento, pois o premiê está demissionário por causa da PGR. Por meio do blog "Causa Nossa", Moreira pede que o líder português procure outra maneira de trocar o comando da Procuradoria. Na visão do magistrado, a atual ocupante no cargo não tem mais condições de exercer suas funções. O presidente lusitano preferiu não se manifestar sobre o tema para evitar mais tumulto.

Para Santos e Silva, é inadmissível que o Ministério Público, que está subordinado à PGR e que conduziu a Operação Influencer, se faça de morto depois de reconhecer que errou nas transcrições das escutas de suspeitos de irregularidades no governo. Os procuradores trocaram o nome do primeiro-ministro com o do ministro da Economia, António Costa e Silva. O presidente da Assembleia da República, inclusive, definiu como "cínica", a declaração do presidente do Sindicato dos Magistrados do MP, Adão Carvalho, de que o premiê não precisaria ter se demitido. O político, que é filiado ao Partido Socialista (PS), ainda atacou o que chamou de "abuso das escutas telefônicas e da descontextualização das conversas".

Samba Balde/AFP



O presidente português Marcelo Rebelo de Sousa (C) sinaliza à imprensa durante visita a Guiné-Bissau

Indícios

A confusão aumentou depois de o juiz de instrução do caso, Nuno Dias Costa, dizer que, por tudo o que viu nos documentos apresentados pelo Ministério Público, não identificou nenhum indício de corrupção por parte de Costa e dos demais envolvidos nas acusações de irregularidades no governo. No máximo, o juiz afirmou ter

visto tráfico de influência, pelo fato de alguns dos acusados terem se movimentado dentro do Executivo para tentar aprovar projetos de interesse deles. Diante disso, ele não pestanejou ao liberar os cinco presos durante a Operação Influencer, entre eles, o então chefe de gabinete do primeiro-ministro, Vítor Escária, com o qual foi encontrado mais de 75 mil euros (R\$ 413 mil) em dinheiro vivo.

Foram detidos, em 7 de novembro, além de Escária, dois diretores da empresa Start Campus, Afonso Salema e Rui Oliveira Neves, o empresário Diogo Lacerda Machado, amigo pessoal do premiê, e o presidente da Câmara Municipal de Sines, o socialista Nuno Mascarenhas. O presidente da Assembleia da República, por sinal, frisou que Mascarenhas ficou detido por seis dias sem ter nenhuma acusação concreta contra

ele. "Diante disso, fico triste e informado", assinalou.

Para a população portuguesa, é preciso que se esclareça com urgência o que realmente levou à demissão de António Costa e à decisão do presidente da República de desfazer o Parlamento e convocar eleições para 10 de março de 2024. O descontentamento é claro com as trapalhadas feitas pelo Ministério Público. "Os portugueses precisam saber o que realmente se passou", frisa Santos Silva. Segundo ele, a verdade terá de ser mostrada nos próximos meses, para que os eleitores possam ir às urnas sem dúvidas. "Do dia 17 de outubro, quando teria sido aberto o processo contra o primeiro-ministro, até 10 de março são quase cinco meses, tempo suficiente para que os portugueses saibam o que ocorreu", reforçou.

António Costa e ministros do governo são acusados de terem favorecido empresas na exploração de lítio e de hidrogênio verde e na construção de um mega data center em Setúbal, região portuguesa. Todos negam as acusações de irregularidade. Mas, diante da pressão, João Galamba pediu demissão da chefia do Ministério de Infraestrutura, alegando que precisa proteger a família neste momento. O primeiro-ministro, com a anuência do presidente da República, acumulará a função até se desligar oficialmente do governo, no início de dezembro.